



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SÃO PAULO

NOTÍCIA DE FATO N. 1.34.001.009759/2019-22

INDEFERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

1. Relatório

Trata-se de notícia de fato instaurada a partir de representação da **Associação dos Empregados do CPRM (Centro de Pesquisa e Recursos Minerais)**, noticiando possíveis irregularidades ocorridas nos procedimentos anuais de avaliação e distribuição de verba para progressão e promoção dos funcionários da aludida empresa pública, vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**.

Segundo consta, ao ser notificado pelo representante sobre tais irregularidades ocorridas no Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS 2017, a **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM** decidiu instaurar o Processo n.033 junto à Corregedoria para averiguação dos fatos. Ao final, o referido órgão entendeu que *"em conformidade com as regras atuais do processo de promoção e progressão da Instrução Interna RHU 01.05-03, constata-se que falhas ocorreram e foram corrigidas"*, culminando, assim, com o arquivamento do referido processo.

Inconformado com o arquivamento de sua reclamação na esfera administrativa, o representante requereu ao **MPF** a instauração de investigação acerca dos supostos *"desvios ocorridos na aplicação desta verba pública para que ela siga os normativos existentes e seja, portanto, condizente com os princípios da ética e da administração pública: - IDENTIFICAÇÃO e RESPONSABILIZAÇÃO dos agentes envolvidos na aplicação do processo PCCS; - OBRIGAÇÃO da empresa CPRM em*

auditar os valores e forma de distribuição deste dinheiro público; - CORREÇÃO dos processos já ocorridos para que os funcionários corretos sejam contemplados; - COMPROMETIMENTO da empresa em realizar os futuros processos de acordo com os normativos".

Com a finalidade de instruir o feito, determinei a expedição de ofício à **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM** para que se manifestasse sobre os fatos narrados nesta notícia de fato, com requisição de encaminhamento, preferencialmente em mídia digital, de cópia integral do Processo n. 033/Corregedoria/2018, instaurado pela Corregedoria da **CPRM** (PR-SP-00135737/2019).

Em resposta, a **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM** informou, inicialmente, que essa mesma representação fora encaminhada ao Ministério Público do Trabalho da 1ª Região (Inquérito Civil nº 003554.2019.01.000/4-41), a qual, após apuração, foi devidamente arquivada.

No que tange à notícia de uso irregular da verba destinada a promoção e progressão dos cargos de técnico em geociências e auxiliar administrativo operacional, justificou que a metodologia utilizada fora a mesma dos anos anteriores e em nenhum momento fora infringida a instrução e que *"foram utilizados a avaliação do SIPE para ranquear os empregados respeitando o mecanismo centro de custo e cargo para a promoção"*

Além disso, com relação à notícia de que alguns funcionários teriam sido contemplados com a progressão por merecimento fora de ordem de ranqueamento de notas, informou, em síntese, que *"após a identificação do equívoco, acertamos a planilha dos contemplados e todos os empregados envolvidos foram comunicados através do email do PCCS"* (PR-SP-00005029/2020).

Adicionalmente, juntou cópia integral do Processo n. 33/2018 instaurado pela Corregedoria da **CPRM**, que tratou dos mesmos fatos objeto desta notícia de fato e que reconheceu que algumas falhas ocorreram, mas foram devidamente corrigidas, resultando no arquivamento do referido processo.

2. Fundamentação

Considerando a resposta oferecida pela **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM**, em especial as planilha dos empregados promovidos e as regras descritivas do procedimento promocional, concluo que esta notícia de fato não possui suporte probatório minimamente apto a iniciar uma investigação.

Dessa forma, não constato irregularidade nos critérios de promoção e progressão estabelecidos pela a **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM**,

uma vez que esta atuou de maneira satisfatória para regularizar as falhas apontadas e reconheceu que *"um novo Plano de Carreira, Cargos e Salários é imprescindível"*.

Não havendo, portanto, ilegalidade, lesão ao patrimônio público ou a prática de ato de improbidade administrativa não há, também, medidas a serem adotadas nesta notícia de fato a não ser o seu arquivamento.

Nesse mesmo sentido decidiu o Ministério Público do Trabalho da 1ª Região no âmbito do Inquérito Civil n. 003554.2019.01.000/4 (PR-SP-00005029/2020), tendo em vista que *"analisados os documentos juntados, especialmente planilha dos empregados promovidos e as regras descritivas do procedimento promocional, restou comprovada a regularidade da conduta metaindividual da empresa"*.

Ressalto, ademais, que qualquer insatisfação individual poderá ser postulada em nome próprio, judicial ou extrajudicialmente.

Isso porque o Ministério Público é definido como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal, coadjuvado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e pelo art. 1º da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).

Dessa forma, a tutela coletiva ministerial designa a atribuição/função de defesa dos interesses e/ou direitos coletivos (*lato sensu*), inclusive através do ajuizamento de ações civis públicas. Aliás, o art. 15, caput, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) dispõe: *"É vedado aos órgãos de defesa dos direitos constitucionais do cidadão promover em juízo a defesa de direitos individuais lesados"*.

Da perspectiva individual, a promoção e a defesa de interesse e/ou direito eminentemente individual cabem ao advogado (art. 133 da Constituição Federal) e à Defensoria Pública, no caso dos necessitados (art. 134 da Constituição Federal). Vale dizer: tratando-se de interesse e/ou direito individual disponível, sem repercussão social, a pessoa lesada ou ameaçada de lesão deve buscar a tutela jurisdicional através de um advogado ou da Defensoria Pública(1).

3. Conclusão

Ante o exposto, em razão da ausência de irregularidades a serem apuradas por este 38º Ofício, vinculado ao Grupo II - Patrimônio Público e Social da PR-SP, **concluo, à luz do art. 5º da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que não é o caso de instaurar inquérito civil.**

Comunique-se o arquivamento ao noticiante esclarecendo-lhe que, caso seja de seu interesse, poderá recorrer desta decisão em petição endereçada à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 4º, §1º, da Resolução CNMP nº 174/2017.

Não havendo recurso, archive-se na DICIVE, nos termos do art. 5º da Resolução n. 174/2017 do CNMP.

São Paulo, 30 de janeiro de 2020.

(assinado eletronicamente)

BRUNO COSTA MAGALHÃES

Procurador da República